



Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Denise Pereira
(Organizadora)

Denise Pereira

(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C198	Campos de saberes da história da educação no Brasil 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-455-9 DOI 10.22533/at.ed.559190507 1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série. CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O BORDADO NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Isabella Brandão Lara Ana Maria de Oliveira Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.5591905071	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	
Bruna Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.5591905072	
CAPÍTULO 3	25
A ANPUH-SP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAULISTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS	
Ana Paula Giavara	
DOI 10.22533/at.ed.5591905073	
CAPÍTULO 4	39
DIFERENTES CENÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL	
Dehon da Silva Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.5591905074	
CAPÍTULO 5	52
ENSINO DE HISTÓRIA EM MUSEUS: A EXPERIÊNCIA DA MEDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Priscila Lopes d’Avila Borges	
DOI 10.22533/at.ed.5591905075	
CAPÍTULO 6	61
O PROCESSO INQUISITORIAL 8064 À LUZ DA MICRO-HISTÓRIA	
Guilherme Marchiori de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.5591905076	
CAPÍTULO 7	71
OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA: O CASO DO <i>LEPROSÁRIO</i> CEARENSE ANTÔNIO DIOGO (1928-1939)	
Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.5591905077	
CAPÍTULO 8	82
PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O ESTUDO DO MEIO COMO PRÁTICA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcos Rafael da Silva Tathianni Cristini da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5591905078	

CAPÍTULO 9	92
DIÁLOGOS POSSÍVEIS PARA A (RE)INTERPRETAÇÃO DA CULTURA MATERIAL DOS MUSEUS Wagner Lucas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5591905079	
CAPÍTULO 10	101
O MITO LUSITANO DO LICANTROPO E SUA HERANÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO Maximiliano Ruste Paulino Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050710	
CAPÍTULO 11	111
A FALA COMO APRENDIZADO NAS PRÁTICAS DA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA Reginaldo José da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050711	
CAPÍTULO 12	124
A INFLUÊNCIA DOS TUTORES NA EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS EM MARIANA (1790-1822) Leandro Silva de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.55919050712	
CAPÍTULO 13	131
A LEITURA DAS ATAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (1964 – 1985) Flávio William Brito Matos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050713	
CAPÍTULO 14	142
O CONSELHO DE INTENDÊNCIA DO SERRO/MG E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1892 Danilo Arnaldo Briskievicz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050714	
CAPÍTULO 15	155
A POLÍTICA DE INCENTIVO ÀS MANUFATURAS TÊXTEIS EM PORTUGAL SÉCULO XVII: DOS DISCURSOS DE DUARTE RIBEIRO DE MACEDO À GESTÃO DO 3º CONDE DA ERICEIRA Alex Faverzani da Luz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050715	
CAPÍTULO 16	172
AS RECORDAÇÕES IMPERTINENTES DE ISAÍAS CAMINHA: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, AUTOBIOGRAFIA E LITERATURA NA PRODUÇÃO DO ESCRITOR LIMA BARRETO Carlos Alberto Machado Noronha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050716	

CAPÍTULO 17	181
A PROCESSUALIDADE DE UMA POLÍTICA COOPERATIVA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
Reginaldo Célio Sobrinho	
Edson Pantaleão	
Giselle Lemos Shmidel Kaustsky	
DOI 10.22533/at.ed.55919050717	
CAPÍTULO 18	190
CONHECIMENTOS SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: BASE PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Giselle Lemos Schmidel Kautsky	
Reginaldo Celio Sobrinho	
Edson Pantaleão Alves	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050718	
CAPÍTULO 19	199
DIREITOS SOCIAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS	
Monica Isabel Carleti Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050719	
CAPÍTULO 20	210
CENTROS DE PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL	
Bárbara Birk de Mello	
Luiz Antonio Gloger Maroneze	
DOI 10.22533/at.ed.55919050720	
CAPÍTULO 21	221
DESAPRENDENDO O JÁ SABIDO: O “ESTADO NOVO” NO EMBALO DO SAMBA	
Adalberto Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050721	
CAPÍTULO 22	238
CINEMA, CULTURA POPULAR E MEMÓRIA NA VISÃO DO CINEASTA HUMBERTO MAURO	
Sérgio César Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050722	
CAPÍTULO 23	248
DAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARA AS TELAS: A REPRESENTAÇÃO DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CINEMA BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970	
Renata dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050723	
CAPÍTULO 24	259
O LUGAR DO MÚSICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E REGIONAL	
Douglas José Gonçalves Costa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050724	

CAPÍTULO 25	269
ROTAS DE TEATRO, BRASIL E PORTUGAL: ENCENAÇÕES, ENGAJAMENTO E CRIAÇÃO ARTÍSTICA NOS ANOS 1960 E 1970	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050725	
CAPÍTULO 26	281
FICCIONALIZANDO REALIDADES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA EM “THE HANDMAID’S TALE”, DE MARGARET ATWOOD	
Isabela G. Parucker	
DOI 10.22533/at.ed.55919050726	
CAPÍTULO 27	290
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
DOI 10.22533/at.ed.55919050727	
CAPÍTULO 28	301
NO SÉCULO XVIII, OS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO	
Gilian Evaristo França Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050728	
CAPÍTULO 29	316
A METODOLOGIA KELLYANA APLICADA À TEMÁTICA INDÍGENA	
Rosemary Pinheiro Da Paz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050729	
CAPÍTULO 30	329
UMA VISÃO DOS INDÍGENAS DO SUL DE MINAS NOS RELATOS DE ALGUNS MEMORIALISTAS	
Gustavo Uchôas Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.55919050730	
CAPÍTULO 31	340
INTERCÂMBIO DE IDEIAS: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ARTHUR RAMOS E MELVILLE HERSKOVITS (ACERCA DA CULTURA AFRO-AMERICANA, 1935-1949)	
Heloísa Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050731	
CAPÍTULO 32	352
ENSINO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO: O VALOR DA CAPOEIRA	
Jefferson Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050732	

CAPÍTULO 33 363

ESMERALDINAS, CREMILDAS E LOURDES:TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS/PARÁ (2005-2016)

João Marinho da Rocha

Marilene Correa da Silva Freitas

DOI 10.22533/at.ed.55919050733

SOBRE A ORGANIZADORA..... 372

FICCIONALIZANDO REALIDADES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA EM “THE HANDMAID’S TALE”, DE MARGARET ATWOOD

Isabela G. Parucker

Universidade de Brasília – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

Brasília, Distrito Federal

FICTIONALIZING REALITIES: POSSIBLE CONNECTIONS BETWEEN HISTORY AND LITERATURE IN MARGARET ATWOOD’S “THE HANDMAID’S TALE”

RESUMO: O presente artigo, que compõe parte de dissertação posteriormente defendida e publicada pela autora, tem como objetivo colaborar para debates no campo de teoria da história, entendida aqui como investigação das condições das possibilidades de existência da história, tanto numa dimensão empírica quanto de produção de conhecimento. Procuo, nesse sentido, contribuir para discussões acerca do próprio fazer história, a partir da reflexão sobre os usos da literatura em processos de construção de identidades, de memórias e de história, dando enfoque à experiência de mulheres. Examinando a obra de ficção *The Handmaid’s Tale*, da autora canadense Margaret Atwood, procuro avaliar de que maneira uma escrita literária ficcional pode configurar também a escrita de uma história, tanto no âmbito da trama, para as personagens, quanto no âmbito real, para autoras e leitoras. Nesse sentido, investigo as potencialidades da escrita literária na história e suas possíveis interconexões.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; ficção; narrativa historiográfica; história das mulheres.

ABSTRACT: This article, which is part of a dissertation later presented and by the author, aims to contribute to debates in the field of theory of history, here understood as an investigation of the conditions of the possibilities of existence of history, both in an empirical dimension and in the production of knowledge. In this sense, it intends to contribute to discussions about history itself, exploring the uses of literature in processes of creating identity, memory and history, focusing on the experience of women. Examining the work of *The Handmaid’s Tale*, by Canadian author Margaret Atwood, it assesses how an example of fictional literary writing can also constitute the writing of a history, both within the plot, for the characters, and in the extratextual context, for authors and readers. In this sense, it investigates the potential of literary writing in history and their possible interconnections.

KEYWORDS: Literature; fiction; historiographical narratives; women’s history.

Imaginemos uma sociedade em que as mulheres são vistas como inferiores aos homens, devendo, portanto, ser submissas. Imaginemos ainda uma sociedade em que elas

são responsabilizadas pelas violências das quais são vítimas. Uma sociedade em que não são as mulheres que elaboram leis sobre seus próprios direitos reprodutivos, e nem têm autonomia sobre seus próprios corpos. Suponhamos que nessa sociedade, não há garantias dos direitos dos cidadãos, devido a um golpe de Estado que depôs um governo democrático.

Tal é o cenário de *The Handmaid's Tale*, obra de ficção distópica da autora canadense Margaret Atwood. O livro, publicado em 1985, conta a história de Offred, uma mulher cidadã da República de Gilead: uma sociedade que vive em regime ditatorial, após um golpe de Estado nos limites do que outrora se conheceu com os EUA.

Esse cenário, contudo, nos parece também muito familiar. A condição das mulheres em Gilead é muito semelhante a situações que reconhecemos em nosso mundo, em diversos lugares e épocas. Não por acaso, em artigo publicado na década de 1990, a autora Jane Armbruster sugeriu aos leitores de seu texto que aceitassem como premissa que a nação de Gilead, descrita em *The Handmaid's Tale*, existia em seu presente, e não num futuro próximo, como Atwood teria proposto. Assustadoramente, tal afirmativa pode ser aplicada também à realidade que vivemos hoje, mais de 30 anos após a publicação do livro.

A trama da obra se desenvolve num suposto futuro imaginado, nas fronteiras do que havia sido os EUA: um país acometido por acidentes nucleares e desastres ecológicos que levaram a um alto índice de esterilidade nos homens e mulheres dessa população, fazendo as taxas de natalidade caírem vertiginosamente. Tal foi a conjuntura propícia para que se firmassem as bases de um golpe de Estado para instaurar um regime totalitário, formulado por grupos de uma extrema direita cristã fundamentalista, e para implantar políticas radicais de incentivo à elevação dessas taxas. Nesse regime, então, a sociedade passou a ser dividida e classificada segundo funções específicas para homens e mulheres, havendo também subdivisões conforme as características físicas e socioeconômicas dos indivíduos de cada grupo. As mulheres de Gilead são divididas em castas, e a elas são designadas funções relacionadas basicamente ao trabalho doméstico e à reprodução. Tudo em suas vidas é pensado e organizado para que realizem essa função. Sua rotina, sua dieta, suas roupas, seu comportamento; tudo deve obedecer às regras estabelecidas para a sua conduta, para o cumprimento de seu papel na sociedade, em especial as aias.

A história é contada da perspectiva de Offred, que faz parte da casta das aias, ou seja, mulheres consideradas férteis. Sua função é gerar filhos, que serão confiscados pelas famílias da elite do regime, formados por casais estéreis, e que se tornam então responsáveis pela tutela das crianças geradas pelas aias.

Offred se movimenta entre passado e presente nas suas lembranças e pensamentos. Neles, vislumbramos a vida de um indivíduo definido por sua biologia, cujos direitos e liberdades de outrora foram extinguidos, e cuja autonomia é praticamente nula. Aprendemos assim os direitos conquistados pelas mulheres foram gradualmente

extintos: primeiro, foram proibidas por lei de possuir patrimônio e bens próprios, e tiveram suas contas bancárias bloqueadas ou transferidas para o ente masculino mais próximo; em seguida, foram proibidas de trabalhar; depois, ler e escrever tornou-se também proibido, e não tardou até perderem seus próprios nomes, sendo designadas de acordo com o nome dos Comandantes a que serviam. Offred, por exemplo, se chama assim pois o seu Comandante se chama Fred (“of” é o vocábulo da língua inglesa que indica posse: ela é, portanto, *de* Fred). As mulheres dessa sociedade são convertidas então, por lei, objetos, em propriedade. Nesse sentido, o processo de enxergar-se como sujeito de uma história para a personagem, bem como para as demais mulheres de Gilead, encontra diversos entraves.

Ainda assim, e apesar da falta de autonomia, Offred realiza um processo de tomada de consciência de si, ao relatar e registrar sua experiência nessa sociedade. Nas idas e vindas de sua memória, ela resgata sensações e pensamentos, descobre sentimentos e desenvolve ideias. Ela questiona seu presente e reflete sobre seu passado, ao mesmo tempo em que pondera sobre seu futuro. Aprende sobre o mundo e, principalmente, sobre si.

Seus relatos, como descobre-se ao fim do livro, são transformados em uma narrativa historiográfica por pesquisadores especialistas em estudos sobre a República de Gilead, num futuro posterior ainda mais distante que aquele de Offred. Neles, descobrimos como era a vida da personagem antes e depois da mudança de governo, conhecemos um pouco da realidade que vivia, quais eram as condições para as mulheres da época e como isso se transformou com a implementação do regime totalitário. Viajamos junto a Offred para seu passado e de volta para o presente, e percebemos com ela os sentidos que atribuímos a acontecimentos, sentimentos ou até mesmo objetos materiais podem mudar conforme as circunstâncias nas quais nos encontramos. Vemos também como Offred luta internamente, em seus pensamentos e memórias, para se fazer existir. Acompanhamos Offred numa (re)formulação e (re) invenção de uma identidade, de uma história e, assim, num contato com seu *eu*. Nesse processo, a personagem reflete sobre sua experiência própria e inscreve-se no mundo, tornando-se sujeito dessa história. É assim que Offred consegue resistir e sobreviver em sua realidade presente.

Transformado em narrativa historiográfica, o conjunto de relatos de Offred vai mais além do que a subjetivação da própria personagem: como a história no âmbito da produção de sentidos e conhecimento o faz, tais relatos proporcionam um diálogo entre os indivíduos e suas temporalidades. Os indivíduos dentro do romance, aqueles que estudam Gilead ou que entram em contato com sua história, e os indivíduos fora dele, leitoras e leitores que podem encontrar na obra de Atwood e nas problematizações que ela traz em relação à experiência histórica, caminhos para pensarem sua própria sua subjetividade e sua própria história. A narrativa de Atwood possibilita que pensemos nossa historicidade e que nos entendamos como sujeitos que participam também da história.

A obra cria vias de acesso para que estabeleçamos um contato com o *eu* da personagem e, assim, com nosso próprio *eu*. Nessa perspectiva, a representação da experiência individual que *The Handmaid's Tale* constitui acaba por se tornar uma de representação também de uma experiência de vários, uma experiência coletiva. O registro dessa experiência feminina numa sociedade patriarcal e machista – não por acaso muito semelhante à sociedade ocidental contemporânea – permite que pensemos sobre a condição humana no tempo, sobre a condição de mulheres em especial. As cenas imaginadas radicalizam ideias presentes na realidade em que vivemos, e nos movem a refletir sobre possíveis efeitos políticos dessas situações, como leis para controlar as mulheres e seus corpos. Assim, o texto de Atwood configura uma narrativa sobre experiências humanas num tempo, dando a elas sentidos e possibilitando o conhecimento acerca delas.

De forma semelhante, a história também se ocupa na construção de narrativas sobre a ação humana, elaborando discursos, no presente, sobre o passado. A história em sua dimensão de experiência vivida é composta por várias histórias individuais, por vários sujeitos e vozes. No âmbito da produção de conhecimento, por outro lado, essa pluralidade de experiências e vozes nem sempre foi refletida. Em se tratando especificamente da presença das mulheres na história, foi principalmente após as transformações que a disciplina sofreu em meados do século XX, e a partir dos questionamentos e das demandas dos movimentos feministas a partir da década de 1960 (SOIHET, 2012: 9), que as mulheres passaram a figurar de forma mais contundente na historiografia, bem como a promover reflexões sobre o próprio fazer história, sobre as formas de construção de narrativas, sobre os sujeitos que vivem e escrevem a história.

Por muito tempo era comum a afirmação de que a presença de mulheres na história era escassa pois elas estavam restritas ao âmbito privado da vida não havendo, assim, registros de sua ação. Se, por um lado, tal afirmação explica certa dificuldade em jogar luz sobre a experiência feminina no passado, por outro, é também conclusão demasiado simplista.

Como denunciado pela crítica feminista, a ciência, sobretudo no ocidente, tem um caráter “particularista, ideológico, racista e sexista” (RAGO, 1998: 25). O saber e sua construção operam, então, numa lógica que tem como referência, “um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo” (RAGO, 1998: 25), relegando às margens todo e qualquer um que fuja a este padrão. Decorre disto que o masculino é sempre a referência, sendo suas práticas e espaços privilegiadas e hierarquizadas em relação às femininas, o público valorizado em detrimento do privado no imaginário social (RAGO, 1998: 25). Observa-se assim que valores masculinos permeiam todos os padrões de normatividade científica, e os conceitos e pressupostos das Ciências Humanas, pensadas sob essa lógica, são altamente excludentes.

A aproximação da crítica feminista com teorias e filosofias de estudiosos como

Foucault, Deleuze e Derrida, definiu novas relações e formas de se pensar a produção do saber (RAGO, 1998: 26) Mostra que pressupostos tidos como naturais são, na verdade, construtos conceituais, intelectuais. O discurso é, nessa perspectiva, aquilo que institui o real, e não o mero reflexo deste (RAGO, 1998: 26). Não surge, portanto, ao coincidir com o objeto, mas ajuda a defini-lo.

Nesse sentido, se o discurso cria e institui realidades, e a história pode ser pensada como discurso (sobre o passado), então a própria história é também instituinte de realidades. E, se opera na lógica das ciências humanas, que é impregnada por conceitos e valores masculinos e, por isso, excludente, então as realidades que a história cria também o são. Do mesmo modo, as realidades instituídas pela história também têm como referência o masculino, marginalizando ou invisibilizando na historiografia uma série de grupos.

Herdando do Iluminismo grande interesse no domínio público e numa história política, a historiografia, sobretudo no século XIX e início do século XX, operou sob determinadas relações de poder que criam hierarquias tanto para os indivíduos em sociedade quanto para as formas de percebê-los e examiná-los. Desse modo, ao âmbito público é atribuído maior centralidade na história em relação ao âmbito privado da vida e, conseqüentemente, aos personagens que nelas atuam (RAGO, 1998: 25-26). O passado é contado tradicionalmente tendo o âmbito público como eixo central, como o espaço principal em que os sujeitos fazem e experimentam a história. Em consequência disto, foi relegado às margens o espaço privado, por muito tempo associado às mulheres. E em decorrência da escassa presença das mulheres em registros do passado nas esferas pública, principalmente, e privada da vida, o jogar luz sobre essa experiência do passado para, com isso, dar a ela sentidos, encontrou entraves.

Ademais, a própria disciplina história pode ser entendida como parte de uma instituição. E, como instituição, tem suas regras, hierarquias, ditos e interditos, tradições, jogos internos de poder. Além de fazerem parte da pesquisa e do trabalho dos historiadores no seu lido com o tempo, com o passado, as metodologias e estruturas epistemológicas da história são também aquilo que define a própria disciplina, ou seja, cria as hierarquias, as tradições, os aceitos e não aceitos (SARLO, 2007: 13; SMITH, 2003: 31). As regras e métodos configuram requisitos que oferecem uma qualidade de ciência para a história, contudo, são também aquilo que engessa determinadas relações de poder e, conseqüentemente, exclui, oprime, silencia. Dessa forma, a história, em sua dimensão de produção de conhecimento, bem como em seu aspecto institucional, opera na manutenção de certas tradições, narrativas, sujeitos. Como resultado desse processo, vemos o distanciamento ou mesmo a ausência de alguns grupos da categoria de sujeitos históricos.

Considerando, desse modo, a história como campo de conhecimento e experiência em que as relações de poder-saber são hierárquicas, masculinas e excludentes, faz-se essencial pensar formas de escrita da história que desafiem essa lógica operacional.

Ainda que os movimentos e as teorias feministas tenham trazido diversas conquistas para as mulheres na história, tanto na dimensão empírica quanto na dimensão gnosiológica, é importante observar que muitas das relações de poder que instituem hierarquias e exclusões e, conseqüentemente, silenciam ou apagam da história uma variedade de sujeitos, permanecem na história em sua qualidade institucional e científica. Todavia, ao proporcionarem a reflexão acerca do aparato conceitual com o qual a história opera, bem como dos pressupostos e das naturalizações presentes em todos os âmbitos da história, ao romperem com estruturas hierárquicas e modelos excludentes do saber e da produção de conhecimento nas ciências humanas, a crítica e as teorias feministas tem proporcionado cada vez mais o necessário desenvolvimento de uma nova linguagem, para que as mulheres possam criar “seus argumentos a partir de sua própria premissa” (RAGO, 1998: 31), ou de se reconhecerem a partir do próprio olhar.

As transformações na maneira de identificar e estudar objetos e sujeitos históricos, decorrente da renovação historiográfica e dos movimentos feministas a partir da década de 60, acompanhou o desenvolvimento de uma história das mulheres, que vem há algumas décadas trazendo muitas contribuições no sentido de tornar a história mais inclusiva e complexa. Estudos no âmbito da história das mulheres, ao problematizarem e revisarem uma história centrada no sujeito humano universal, repensam também, nesse sentido, a própria história. Buscam redescobrir e reinserir sujeitos que, por muito tempo, foram marginalizados ou mesmo silenciados na historiografia.

As mulheres não estão, portanto, fora da história: podem não aparecer na historiografia tradicional, principalmente aquela que valoriza a história política no sentido dos grandes feitos de governantes, a história das nações, numa visão tradicional de política. Elas estão sempre se inscrevendo no tempo de maneiras diversas. Dizer que as mulheres não estão presentes na história significa apagar todas as outras formas de história que podemos encontrar. Literatura, arte, escritas autorreferenciais, música, escritas religiosas. São formas de registro de narrativas e experiências no tempo.

Voltemos, assim, à obra de Margaret Atwood. Ao descrever e problematizar, em sua escrita ficcional, questões relacionadas à experiência de mulheres em diversos tempos e lugares, a autora acaba dando sentido a essas mesmas experiências, que são reais e históricas. Relegadas à esfera privada da vida, sendo submetidas a julgamentos por conta de seus comportamentos ou até mesmo por seus pensamentos, tendo seus corpos rigorosamente controlados pelo Estado (este comandado majoritariamente por figuras masculinas, brancas e heterossexuais), inferiorizadas e até silenciadas, as mulheres de Gilead tem muito em comum com muitas mulheres ao redor do mundo que conhecemos. Sua história – estudada e contada por homens que relativizam seu sofrimento e as violências perpetradas pelo regime gileadiano – mostra a gritante ausência de vozes femininas que contem sua própria experiência, que deem sentidos e significados ao que viveram essas mulheres, que (re)conheçam sua própria história.

The Handmaid's Tale, dessa maneira, se mostra como um instrumento para

abordar, sob novas perspectivas, eventos e situações que são conhecidos, que já foram vividos de uma maneira ou outra. Nesse sentido, oferece a oportunidade de observar, interpretar e narrar essas experiências pela voz de outros sujeitos, que nem sempre são contemplados pela historiografia. Sugere, desse modo, formas alternativas de abordar temas e questões da própria história. *The Handmaid's Tale* nos permite, com isso, cogitar e experimentar outras maneiras de contar essa história, de falar sobre essas experiências.

Os horrores que a República de Gilead proporcionava aos grupos ou indivíduos que não se enquadravam no modelo ideal de sociedade são inspirados em situações reais: opressão, ditaduras, escravidão, o Holocausto, campos de concentração e extermínio nazifascistas, totalitarismos, fundamentalismos, machismo. É na montagem do cenário e da condição humana em Gilead que Atwood mostra a realidade de sua obra ficcional. São eventos, situações, estruturas que existiram ou ainda existem, ou que não estariam longe de acontecer. A própria autora afirmou que a regra que estabeleceu para si na produção da obra era de não escrever nada que a humanidade já não tivesse realizado em algum lugar ou tempo, de alguma maneira, ou que já não tivesse as ferramentas para realizar (ATWOOD, 2011: 88). É, portanto, nessa realidade, nessa experiência prévia e extratextual, na história presente em sua ficção que Atwood escreve uma história. É aí que ela constrói uma narrativa que problematiza e que, de certa forma, (re)significa tais experiências. Procura entendê-las, compreender suas origens, sua relação com o passado e o futuro, as possibilidades de ação dos indivíduos naquelas circunstâncias.

A reflexão que a obra nos proporciona não decorre somente das semelhanças entre as situações do romance e experiências históricas, mas também da reflexão que suscita ao tematizar a própria história, o próprio fazer história. A força bruta e o medo não eram as únicas formas pelas quais os Comandantes exercem poder e controle social (ARMBRUSTER, 1990: 147). Esse domínio também é exercido por meio da elaboração de um sistema cultural, que busca dar sentido e criar explicações para ocorrências do cotidiano, para os valores que o regime havia determinado como corretos e morais, de forma dar a aparência de natural para o presente (ARMBRUSTER, 1990: 147). A própria história, enquanto conhecimento, produzida e reproduzida pelos agentes do Estado visava a um apagamento seletivo do passado daquela sociedade, e à manipulação de fatos e inversão nas relações de causa e efeito de acontecimentos pretéritos.

O papel e a presença da história em Gilead, portanto, nos abrem caminho para pensar sobre a história não apenas na trama, mas também na vida prática. Offred registra sua experiência, que depois é transformada em narrativa historiográfica. A todo momento a obra nos leva a explorar questões próprias da história em sua dimensão do conhecimento. Como a experiência pode ser transformada em conhecimento? Quais seus limites e suas potencialidades?

Com *The Handmaid's Tale*, Atwood nos convida a conhecer um cenário em que há

uma instrumentalização por parte de um Estado totalitário do conhecimento produzido pela história, visando estabelecer e validar uma ordem, e realizar a manutenção de um sistema social e político. Atwood parece sugerir, com isso, que entende que a história disciplina também opera entre tensões, que ela está sujeita a relações de poder, e que o lugar de produção do conhecimento tem enorme influência na história que se escreve. A história é também narrativa; esta, por sua vez, é produto de um poder, de uma estrutura, de um meio, faz parte de um jogo de forças que interagem e até mesmo se contradizem entre si (CERTEAU, 2012: 52). É um efeito dos choques e intercâmbios entre essas forças, entre as condições de produção e existência do conhecimento, a escrita, a instituição e suas tentativas de regulamentação de uma prática, estruturas políticas.

A escrita literária ficcional, pensada como uma forma de escrita da história, é uma maneira de ampliar o escopo da disciplina história no sentido de abri-la para uma outra linguagem. Ficção não é o oposto do real, mas uma forma de nos comunicar algo sobre ele (ISER, 1996: 104), ao permitir um reordenamento de convenções e estruturas do mundo extratextual em combinações não usuais. É um artifício de inteligibilidade, dialogando com o mundo histórico ao apresentar acontecimentos, fenômenos, personagens, sistemas em outras configurações. A ficção, assim, está presente na produção de narrativas literárias e históricas, na tessitura do texto, no desenvolvimento das tramas sobre o passado, na elaboração de discursos, na (re)significação de experiências e na construção de sujeitos, identidades, memórias e histórias.

A literatura ficcional usa a mesma linguagem e muitas vezes os mesmos conceitos da história, mas opera sob relações de poder diferentes. A matéria de ambas, contudo, é a mesma: a realidade e como a vivemos. A literatura pode ser estudada como uma forma de criar representações e narrativas para explicar experiências da mesma forma que a história, e assim, tornar a própria história mais inclusiva, dando voz a mais grupos, proporcionando espaço para representação de experiências e reflexão sobre elas. (Re)significando-as. Possibilita que novos sujeitos, que outros sujeitos possam pensar sua própria experiência, permite que eles se vejam sob seu próprio olhar.

Por ser uma forma possível de criar representação para experiências femininas no tempo e contribuir para reflexões sobre a própria condição humana, *The Handmaid's Tale* é também uma obra que nos permite pensar limites e possibilidades na escrita da história. Ao ficcionalizar experiências históricas, a obra literária promove um espaço de reflexão e investigação sobre elas, ao mesmo tempo em que desafia e explora o próprio fazer historiográfico.

Considerando, então, que Atwood propôs escrever apenas aquilo que já existisse, em algum lugar ou tempo, ou que já tivesse as condições possíveis para existir, a situação das mulheres em Gilead, bem como as estruturas sociais, políticas e culturais que desenham o cenário da trama têm correspondência em algum momento da história. São experiências históricas, vividas, mas nem sempre são experiências transformadas

em narrativa e (re)ssignificadas. Além de uma metáfora para tematizar o mundo que conhecemos, *The Handmaid's Tale* é também um espaço para investigação sobre as maneiras possíveis de conhecer este mesmo mundo. Nos proporciona, portanto, um canal para pensarmos sobre a escrita da história, enquanto construção de discursos e representação da experiência humana no tempo, e elaboração de narrativas que procuram dar sentidos a essa experiência.

REFERÊNCIAS

ARMBRUSTER, Jane. Memory and Politics—A Reflection on “The Handmaid’s Tale”. *Social Justice*, v. 17, n. 3, p. 146-152, 1990.

ATWOOD, Margaret. *The Handmaid’s tale*. New York: Anchor Books, 1998.

_____. *A História da Aia*. (Trad. Márcia Serra). São Paulo: Marco Zero, 1987.

_____. *In other worlds: SF and the human imagination*. New York: Anchor Books, 2011.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise. Entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FACINA, Adriana; SOIHET, Rachel. Gênero e Memória: algumas reflexões. *Revista Gênero*, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em:

<<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/218/142>>. Acesso em 5 de abril de 2016.

ISER, Wolfgang. *O Ato da Leitura: Uma teoria do efeito estético, vol. 1*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Contraponto, 2014.

LACERDA, Sônia. “História, narrativa e imaginação histórica”. In: NAVARRO, Tânia. *História no Plural*. Brasília, Editora UnB, 1994, pp. 9-42.

RAGO, Margareth. “Epistemologia Feminista, Gênero e História”. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. (orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, pp. 21-42.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica*. (Trad. Flávia Beatriz Rossler). Bauru: EDUSC, 2003.

SOBRE A ORGANIZADORA

Denise Pereira: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-455-9



9 788572 474559